



Ferenczi e a literatura – trauma e imaginação na clínica psicanalítica

Ferenczi and Literature – Trauma and Imagination in the Psychoanalytic Clinic

 Bruno Cardoso Lages

Resumo: Este artigo explora a relação entre a clínica psicanalítica do trauma e a imaginação. Trauma será definido, entre outras coisas, como a situação em que o sujeito perde o lugar de autor da própria história. Imaginação, por sua vez, será empregada como um conceito guarda-chuva que articula elementos teóricos da psicanálise e da filosofia para descrever uma forma de receber as produções do campo do traumático na clínica de modo a (re)construir a capacidade de falar de si perdida no trauma. No campo da psicanálise, a ideia de imaginação proposta neste trabalho se apoia nas noções de reconstrução e construção, empregadas, respectivamente, por Ferenczi e Freud como estratégias para manejar pacientes ditos difíceis. No âmbito da filosofia, a imaginação se inspira em uma proposição kantiana acerca da imaginação, bem como dialoga com as teorias da virtualidade, com base no pensamento de Gilles Deleuze, Félix Guattari, David Lapoujade e Pierre Lévy, a fim de reconhecer a eficácia terapêutica de modos expressivos diferentes (ainda que não excludentes) da linguagem verbal.

Palavras-chave: clínica psicanalítica; trauma; imaginação; autoria; (re)construção; virtualidade.

Abstract

This article explores the relationship between the psychoanalytic clinic of trauma and imagination. Trauma will be defined, among other things, as the situation in which the subject loses their position as the author of their own story. Imagination, in turn, will be employed as an umbrella concept that articulates theoretical elements from psychoanalysis and philosophy to describe a way of receiving the productions of the traumatic field in the clinic in order to (re)construct the capacity to speak of oneself lost in trauma. In the field of psychoanalysis, the idea of imagination proposed in this work is based on the notions of reconstruction and construction, employed, respectively, by Ferenczi and Freud as strategies to manage so-called difficult patients. Within the scope of philosophy, imagination draws inspiration from a Kantian proposition regarding imagination, as well as dialogues with theories of virtuality, based on the thought of Gilles Deleuze, Félix Guattari, David Lapoujade, and Pierre Lévy, in order to recognize the therapeutic efficacy of different (though not mutually exclusive) expressive modes of verbal language.

Keywords: psychoanalytic clinic; trauma; imagination; authorship; (re)construction; virtuality.

1. Introdução

Quero propor que existe estreita relação entre a clínica psicanalítica do trauma, em especial o trauma como descrito por Sándor Ferenczi, e algo que chamarei de imaginação ou gesto imaginativo. Entenda-se imaginação como conceito guarda-chuva sob o qual articulam-se elementos da teoria psicanalítica, da filosofia e da literatura, no esforço por esboçar formas específicas de escutar e de receber as produções do campo do traumático na clínica.

No campo psicanalítico, a imaginação, como a entendo, se apoia nas reconstruções de Ferenczi (1930/2011) e nas construções de Freud (1937/2018), entre as quais acredito haver uma relação de virtual sinonímia. Tanto o húngaro quanto o vienense esbarraram em limites da técnica psicanalítica clássica, representada pela associação livre, a atenção flutuante, o uso do divã, a duração da sessão, a neutralidade e a reserva do analista (entre outros), pois ela não estava dando conta de ajudar os pacientes supostamente difíceis. Na tentativa de superar esse impasse, ambos fizeram movimentos de transgressão e expansão do repertório técnico à disposição e, ao fazê-lo, lançaram mão do que chamaram reconstrução/construção como parte da solução.

Da filosofia, inspira-se na noção kantiana de imaginação (Kant, 1787/2015), segundo a qual imaginar é articular elementos racionais e sensoriais, ambos indispensáveis em nossa relação com o mundo e conosco mesmos. A proposição kantiana da noção de imaginação será enriquecida com os conceitos de virtualidade e de multiplicidade, a partir da obra de Souriau (1943), Deleuze (2018), Lapoujade (2017) e Levy (2011).

Finalmente, considerando-se o campo da literatura, será proposta a leitura de um romance (Auster, 2017) que, na minha hipótese, encarna o que seria um paciente clivado e ilustra como a imaginação produtiva, que oscila entre virtuais e atuais, pode ser um recurso do qual tanto analistas quanto analisandos podem lançar mão nos processos de (re)construção do lugar de autoria perdido no trauma.

2. Imaginação: entre palavra e conceito

Antes de mais nada, é importante reconhecer que a imaginação não é, a rigor, uma noção da psicanálise. Na filosofia ocidental, ela foi abordada por mais de uma dezena de pensadores, tendo sido alvo das reflexões de filósofos de diferentes períodos, desde o clássico, com Platão (1993) e Aristóteles (2012), passando por diferentes fases da filosofia moderna, com Hume (2009), Kant (1787/2015) e Nietzsche (2011), até a filosofia contemporânea, nas obras de Bergson (2010),

Bachelard (1964/2014) e Sartre (2008 e 2019), para mencionar apenas alguns dos importantes autores que teorizaram sobre ela.

Mesmo não sendo do escopo deste trabalho realizar uma discussão linguística detalhada, vale a pena abordar uma questão incontornável: de que imaginação se trata? Para responder a essa pergunta, gostaria de chamar atenção para a acepção entomológica¹ do termo, como consta no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Houaiss, 2001). A obra apresenta cinco acepções para “imaginação” que vale a pena reproduzir na íntegra, mas é a quinta e última definição que se presta para a forma como essa palavra está sendo empregada no presente artigo:

Substantivo feminino

1 faculdade que possui o espírito de representar imagens

1.1 capacidade de evocar imagens de objetos anteriormente percebidos

1.2 capacidade de formar imagens originais

2 faculdade de criar a partir da combinação de ideias; criatividade (*a imaginação do cientista, do político, do matemático*)

3 *por metonímia* criação artística, literária (*a fabulosa imaginação de Balzac*)

4 *por metonímia* obra criada pela fantasia; mentira (*aquela história é pura imaginação*)

5 ENTOMOLOGIA processo de transformação em imago ou inseto adulto.

Nota-se que as definições apresentadas pelo dicionário parecem deslizar sobre um contínuo abstrato-concreto, desde representações mentais de imagens até a transformação física radical pela qual passam os insetos ao longo de sua vida, começando por ser larva até atingir a forma adulta, chamada “imago”, daí os entomólogos também se referirem à metamorfose como “imaginação” (o processo pelo qual uma larva de inseto se torna imago). Ainda sobre o texto do Houaiss, vale a pena destacar três grupos de significados que parecem resumir as definições da palavra apresentadas pelo dicionário: (a) a questão da representação e da memória (sentidos 1 e 1.1); (b) a questão da criação, que pode ser original ou derivativa, verossímil ou inverossímil, baseada em eventos históricos ou inventada (sentidos 1.2, 2, 3 e 4); (c) a questão da apresentação em ato e da materialização (sentido 5).

Quando se vai aos originais em alemão dos textos de Freud e Ferenczi, percebe-se que cinco vocábulos foram traduzidos (para o português e outros idiomas) como “imaginação”: *Phantasie*², *Vorstellung*, *Einbildung*, *Einbildungskraft* e *Imagination* (sendo os dois primeiros termos empregados muito mais frequentemente do que os três últimos). Tendo mais de um sentido, esses termos nem sempre foram traduzidos como “imaginação”. Outras palavras frequentemente usadas para vertê-los

¹ A entomologia é um ramo da zoologia que estuda os insetos.

² Atualmente grafada “*Fantasie*”.

para o português são: “apresentação”, “concepção”, “fantasia”, “ideia”, “pensamento”, “representação”. Além disso, tanto Freud, quanto Ferenczi não faziam um uso consistente desses vocábulos. Tomemos *Vorstellung* como exemplo ilustrativo dessa inconsistência no uso das palavras. Às vezes esses autores a empregavam como “ideia”, em outras ocasiões, como “representação” ou mesmo “imaginação”. O que se percebe ao ler os textos psicanalíticos clássicos é a predominância de vocábulos traduzidos para o português como “imaginação” que, no original alemão, privilegiam os sentidos do grupo (a) acima – representação e memória. No entanto, tanto Ferenczi quanto Freud fazem movimentos de revisão e ampliação da técnica psicanalítica (com repercussões importantes na teoria), e o fazem explorando justamente o campo imaginativo compreendido como criação (relativamente livre da historicidade e da verossimilhança) e como sensorialidade (relativamente livre da palavra como meio de expressão) por onde circulam os sentidos de imaginação afinados com os grupos (b) e (c) das acepções do Houaiss. É desse lugar inventivo e *afetado* que Freud afirmou, por exemplo, que a “verdade histórica” importa menos do que a “convicção de verdade” (Freud, 1937/2018), e é neste campo *encorpado* e *interpessoal* que, segundo Ferenczi, manifestações não verbais podem ter tanto ou mais valor que a linguagem verbal e a natureza representacional da palavra (Ferenczi, 1930, 2011).

Minha hipótese é que, ao encontrar limites na técnica psicanalítica, Ferenczi e, algum tempo depois e não sem alguma relutância, Freud, propuseram soluções teóricas e clínicas que vão além da *Vorstellung* e encampam sentidos do termo alemão *Einbildungskraft*, mas não na acepção pretendida por ambos em diferentes momentos de suas obras, nos quais empregaram o termo no sentido de ilusão, engano, miragem, e sim no sentido kantiano da mesma palavra.

Em *Crítica da Razão Pura*, Kant (1787/2015) escreve sobre os processos a partir dos quais chegamos a conhecer alguma coisa. De forma simplificada, ele é mais um a dizer que participamos de duas dimensões distintas: o mundo sensível – da experiência do corpo – e o mundo da racionalidade, do “entendimento”. Essas duas dimensões nos colocam em contato com sensações de um lado e, do outro, com o entendimento, seus esquemas e categorias (quantidade, qualidade, relação, modalidade, entre outras). Para Kant, o entendimento surge quando adentramos uma terceira dimensão, intermediária. Primeiro, há o “diverso da sensibilidade” (Kant, 1787/2015, p. 111), ou seja, aquilo que faz com que o mundo seja experimentado de forma única por cada pessoa a partir dos processamentos que ocorrem no corpo a corpo com o ambiente. Mas há também a dimensão dos conceitos, elementos que estruturam nossa forma de pensar. É preciso adentrar uma área intermediária para poder realizar uma “síntese” das duas dimensões anteriores e, só então, produzir “cognição”.

Apesar de se referir à “síntese”, termo mais frequentemente associado à dialética de Hegel, que pretende “resolver” dualidades em conflito (Hegel, 2014), essa operação kantiana tem características de uma mistura de componentes que não se dissolvem completamente em um terceiro homogêneo. Ou seja, nem contraste, nem alternância, mas uma sobreposição de opostos que permanecem em uma relação relativamente instável, porém viável – como ocorre com os conteúdos do sonho, aliás. Em outras palavras, *não há como conhecer sem imaginar*. Ao afirmar isso, Kant, como Freud iria fazer com os sonhos mais tarde, resgata a imaginação do terreno do erro.

Para Kant, há dois tipos de imaginação: uma reprodutiva (*Einbildung*) e uma produtiva (*Einbildungskraft*). Quando lembramos de um objeto ou de um conceito, trazendo-o de volta ao presente (por exemplo uma obra que vimos há duas semanas em visita a um museu, ou quando visualizamos os fundos de uma casa, embora estejamos olhando apenas para sua porta de entrada) a imaginação está funcionando de forma *reprodutiva*. Quando uma criança olha para um graveto e enxerga uma varinha mágica, ou quando imaginamos o suor escorrendo pela pele queimada de Riobaldo, suas roupas empoeiradas, seu corpo magro atravessando o agreste, da forma como Guimarães Rosa o descreveu em *Grande Sertão: Veredas*, a imaginação não está exatamente reproduzindo um passado no agora, mas criando um presente vivo. Logo, está sendo *produtiva*. Kant exemplifica a importância da imaginação produtiva citando Copérnico. A racionalização vigente, segundo a qual o universo se movia ao redor da terra (confirmada pelos sentidos, que atestavam um chão estático sob os pés), não satisfazia o astrônomo e matemático polonês. Ele precisou imaginar que a Terra se movia e, a partir desse movimento imaginado, produzir outra combinação entre percepção e intelecto, chegando a uma nova cognição sobre o movimento de estrelas e planetas. Os movimentos que ele imaginou não eram bem recordação (imaginação reprodutiva), mas uma produção de algo que não existia, a partir de dados que puderam ser recombinações de forma diferente (Kant, 1787/2015, p. 30).

É à imaginação produtiva (Einbildungskraft), seu caráter oscilante entre diferentes dimensões da existência humana, seus aspectos plurais, paradoxais, afetivos e relacionais, que o título desse trabalho se refere. É ela que melhor traduz a confluência conceitual entre psicanálise e filosofia que gostaria de desenhar. O elemento *Kraft* dá à imaginação um sentido de capacidade, de potência, ao passo que, sem ele, a imaginação pode ganhar uma conotação de algo secundário, um subproduto. Na famosa frase dita pelo cientista Albert Einstein: “A imaginação é mais importante que a ciência, porque a ciência é limitada, ao passo que a imaginação abrange o mundo inteiro” (Einstein, 2009, p. 76, tradução minha), ele faz uso de *Einbildungskraft*. Já em uma frase como “Nossa mente mistura

verdade e imaginação”, seria mais adequado usar apenas *Einbildung*, pois imaginação não está descrita como força e sim como coisa.

Em resumo, pode-se dizer que as revisões da técnica empreendidas por Ferenczi e Freud colocam em pauta os limites para o campo da *Vorstellung*: o campo da representação, da memória dos fatos históricos, da elaboração, chamada em inglês de *working through* (Freud, 1914/2010), que é, na psicanálise clássica, um *working through language*, uma elaboração mediada e sustentada pela linguagem verbal, desfrutando de um lugar privilegiado em relação à “repetição” e mesmo em relação à “recordação”. Em seus últimos escritos, Freud também pareceu dar sinais de que a repetição e a recordação delirante podem fazer parte de uma forma não verbal de elaboração. Ao proporem uma forma de lidar com essas manifestações não-verbais, essas apresentações do corpo, eles recorrem aos termos *Rekonstruktionen*, “reconstruções” (Ferenczi, 1930/2011) e *Konstruktionen*, “construções” (Freud, 1937/2018). Defendo que há, nessas duas palavras, elementos dessa imaginação produtiva kantiana (*Einbildungskraft*).

3. Transe e autoria

No artigo “Reflexões sobre o trauma”, Ferenczi escreve que o trauma tem como uma de suas consequências a “aniquilação do sentimento de si” (Ferenczi, 1934/2011, p. 125). A cena do trauma, para o psicanalista húngaro, envolve uma crise na circulação afetiva (“sentimento”) que incide diretamente na capacidade autobiográfica de um sujeito (“de si”). De fato, em “Confusão de língua entre os adultos e a criança” (Ferenczi, 1932/2011), o trauma é descrito como tripla desautorização. Depois de sofrer uma violência, a vítima se vê desacreditada pelo agressor, que não reconhece que o que houve foi um ataque; pelas testemunhas, a quem ela recorre para contar o ocorrido e de quem ouve que ela está exagerando ou mesmo mentindo e, enfim, por si mesma, passando a duvidar da própria capacidade de apresentar relatos confiáveis dos eventos. Poderíamos mesmo dizer que, de uma perspectiva ferencziana, uma das possíveis definições de trauma é a situação de deposição ou demissão do lugar de autoria. Não é coincidência Ferenczi fazer uso de uma mesma palavra para falar tanto da entrada no trauma, quanto das tentativas feitas pelos pacientes de recuperar o crédito perdido: *transe*. No já citado “Confusão de língua entre os adultos e a criança”, ele fala em “transe traumático” (Ferenczi, 1932/2011, p. 117) para definir o processo de perda de autoria de si. Já ao descrever a situação terapêutica em que um sujeito faz tentativas de retomar o crédito perdido e o lugar de autor, ele usa as expressões “em transe” (Ferenczi, 1934/2011, p. 134) e “estado de transe” (Ferenczi, 1930/2011, pp. 71-72, 1931a/2011, p. 87, 1939/2011, pp. 283-284).

O termo transe é comumente entendido como um estado semelhante ao que se atinge no sono, na hipnose, no delírio, no devaneio, em momentos de exaltação artística e religiosa, entre outras situações de consciência alterada. Etimologicamente considerada, a palavra tem sua origem no latim *transire*, que significa passar de um lugar para outro (Houaiss, 2001), e deu origem à palavra trânsito.

Vejamos primeiro o transe traumático. Ferenczi teoriza dois fenômenos como desdobramentos da cena do desmentido: identificação com o agressor e clivagem do Eu (Ferenczi, 1932/2011). Ambos podem ser compreendidos a partir da chave do transe e do deslocamento. No primeiro fenômeno, há uma adoção da perspectiva do agressor, cuja versão do que ocorreu, mesmo que seja para dizer que nada ocorreu, compete com – e quase sempre prevalece sobre – o ponto de vista da vítima. Há um trânsito (demonção, deposição) que leva o sujeito da condição de autor para um lugar de espectador passivo de uma outra história onde a violência não teria ocorrido.

Já na clivagem, que resulta em fragmentação do Eu e, em casos extremos, despedaçamento, os fragmentos se constituem como lugares de desterro para onde o afeto e o saber, agora separados, transitam para o exílio. A separação entre o que se sente e o que se sabe afeta radicalmente a relação do sujeito com a própria história. Há fragmentos do Eu que sentem sem saber por que sentem e outros que sabem o que houve, mas não se afetam pelo que sabem (Ferenczi, 1934/2011e, p. 133).

O fragmento que sente, mas não sabe por que, pode protestar dor, porém não tem acesso à cena de onde ela veio e sofre sem saber os motivos de sua agonia – não é uma dor muda, mas é uma dor órfã de história. Trata-se de um sofrimento sentido como algo que assalta o sujeito a partir de fora, desconectado do arco narrativo que dá a cada pessoa seu senso de continuidade espaço-temporal, seu senso de existência.

O fragmento que sabe o que houve encontra-se, no entanto, afetivamente anestesiado e não reconhece o próprio relato como algo digno de ser contado pois, sem a dimensão afetiva, a narrativa deixa de ser uma história de dor e passa a ser uma anedota qualquer, menor e sem importância. A clivagem deixa claro que toda história que vale a pena ser contada é também uma narrativa investida de afeto, em contraste, por exemplo, com o tom monocórdico, afetivamente desinvestido, com que comumente se lê uma lista de compras ou uma bula de remédio.

Voltemo-nos agora para o outro sentido do trânsito, aquele na direção de volta ao lugar de autoria e que Ferenczi descreveu com a expressão “estado de transe” (Ferenczi, 1931b/2011, p. 283). Para o autor, o objetivo de uma análise é “o estabelecimento de um acesso direto às impressões sensíveis, com ajuda de um *transe profundo*” (Ferenczi, 1934/2011e, p. 132, grifo meu). Essas “impressões sensíveis” se apresentam, segundo Ferenczi, como fenômenos não verbais que podem

ocorrer durante uma sessão de análise. São os “sintomas transitórios” (Ferenczi, 1912/2011), os “sintomas histéricos corporais” (Ferenczi, 1930/2011, p. 71), os “ligeiros movimentos de expressão” (Ferenczi, 1931a/2011, p. 82).

Merece destaque o uso da palavra “acesso”. Essa palavra marca uma sutil diferença entre o que ocorre aqui e os assaltos feitos pelo afeto clivado. Nesse segundo caso, como visto acima, o sujeito está em uma situação apassivada, geralmente seguida de sentimento de impotência, derrota e desesperança, como em um ataque de pânico. Já ao acessar impressões sensíveis durante a análise, ele se aproxima, mesmo que de forma sutil, de um lugar mais ativo. “Acesso” pode remeter ao pesquisador que acessa um banco de dados afetivo, acessa uma biblioteca de afetos, em um lento, laborioso e não desprovido de angústia trabalho de pesquisa para a escrita de uma história.

Em “Princípio de relaxamento e neocatarse”, Ferenczi afirma que em “uma atmosfera de confiança um pouco mais sólida entre médico e paciente”, surgem fenômenos tais como “parestésias³, câibras, variações bruscas do estado de consciência, ligeiras vertigens e mesmo perda de consciência” e escreveu que esses fenômenos podiam assumir “proporções de um verdadeiro estado de transe, no qual fragmentos do passado eram revividos, e a pessoa do médico era então a única ponte entre o paciente a realidade” (Ferenczi, 1930/2011, pp. 71-72), pois muitas vezes o transe era seguido de amnésia e o paciente solicitava ao analista que *reconstruísse* (aqui está a reconstrução ferencziana) o que se passou durante o transe, uma vez que o paciente, sem necessariamente perder a consciência, muitas vezes não se dá conta dos fenômenos corporais que se apresentam. E, quando se dá conta, pode precisar de ajuda na reconstrução não mais do fato (o sintoma físico que surgiu durante a sessão), mas do sentido do fato. Em termos de transe/trânsito, é como se os fragmentos clivados estivessem refluindo de volta ao corpo, encorajados pelo ambiente de confiança a se reapresentar diante do analista e, a partir dessa reapresentação (bem diferente das representações verbais de que são feitas as associações livres) pudessem se associar a algum elemento que lhes conferisse o caráter de história digna de ser contada.

4. Construção, reconstrução, apropriação

Vale a pena pensar na atitude do analista diante desse afeto que surge na forma de sintomas corporais a partir da palavra “próprio” e algumas derivações dela, tais como “apropriar” e “apropriação”. Esses termos podem indicar tanto a posse – ter propriedade de algo, apropriar-se de

³ Sensação anormal e desagradável sobre a pele que assume diversas formas (por exemplo, ardor, dormência, formigamento, coceira, etc. (Houaiss, 2001).

algo, possuir algo próprio –, quanto adequação e legitimidade, aquilo que é próprio em oposição ao que é impróprio. David Lapoujade (2017, p. 73), comentando a obra do filósofo Étienne Souriau, sugere ainda que é possível ir além do uso pronominal do verbo – apropriar-se de algo – e empregá-lo de forma transitiva: apropriar algo ou alguém. Pensando a relação analítica como ocasião em que uma vida desmentida pode ser testemunhada, para citar o texto da psicanalista Jô Gondar (2017), poderíamos dizer que o gesto de testemunhar uma vida é também um ato de apropriação no sentido transitivo – uma forma de escutar e estar com alguém de forma a dar à sua vida um senso de propriedade e dignidade. O trabalho do analista é tradicionalmente descrito como o daquele que provoca associações verbais em frases gramaticais, coerentes e coesas, que serão em seguidas interpretadas. Aqui, Ferenczi parece estar falando de uma outra forma de trabalhar. Trata-se de construir um ambiente de confiança onde o paciente possa sentir-se suficientemente relaxado para permitir que os elementos clivados transitem e apresentem-se como sintomas corporais. O analista, então, se engaja na reconstrução do que foi apresentado, e isso envolve apropriar esse conteúdo, dar a ele um estatuto de dignidade – se for um afeto que ignora sua história, reconstruir uma história para ele. Se for uma história contada como se fosse um relato desinteressante (ainda que seu conteúdo descreva catástrofes), permitir-se mobilizar por ela (entristecer-se, indignar-se, surpreender-se), dando-lhe coloridos afetivos.

Ferenczi descreve três situações que promovem transe e deslocamento, e que podem participar dos movimentos de cura e autocura do sujeito que sofre: a associação livre, o sono e o sonho, e o estado de transe compartilhado da situação analítica. O autor húngaro pontua que os transe têm diferentes níveis de intensidade, sendo o transe compartilhado, um transe na presença de um outro, a situação onde os afetos circulam com maior intensidade e cujos efeitos têm maior potencial de perdurar. Nas palavras do autor: “O que se chama transe é, pois, algo como um estado de sono, com manutenção da capacidade de comunicação com uma pessoa digna de confiança” (Ferenczi, 1931b/2011, p. 284). É esse campo de transe compartilhado que Winnicott vai chamar de espaço potencial. E, ao invés de transe, o psicanalista inglês fala do ato de brincar e suas características: abertura, improvisação e espontaneidade (Winnicott, 1971/2019).

Em dezembro de 1937 Freud publica seu último texto em vida – “Construções na Análise” –, no qual aborda dois temas: os limites da associação livre e a importância da dimensão relacional do processo analítico. Depois de reafirmar que, até ali, o objetivo de uma análise fora suspender o recalque que impedia a recordação de certas experiências, Freud se depara com pacientes que não conseguem recordar o passado. Entre eles, pode-se perguntar, com Ferenczi, quantos não

experimentaram transe traumáticos que os exilaram da própria história e os deslocaram do lugar de autoria. A partir desse embaraço, Freud se dá conta de que talvez a cena analítica estivesse sendo considerada de forma demasiadamente unilateral, considerando pouco o lado do paciente, sobre quem recaía a maior parte – senão todo – do trabalho. Enquanto o sujeito privilegiado das associações livres é o paciente, as construções – saída encontrada por Freud diante da estagnação do motor associativo do analisando – são fruto de um trabalho conjunto. Mas se o paciente perde o acesso às memórias, matéria prima das associações e alvo das interpretações, com que se espera que o analista faça construções?

No texto de 1937, Freud afirma que as construções são feitas de três elementos: pedaços de sonhos, pensamentos nebulosos e inconclusivos e, por fim, “indícios de repetição de afetos” (Freud, 1937/2018, p. 329) que se apresentam em pequenos ou grandes atos. Os três se caracterizam por serem incompletos, vagos e fragmentários. Impossível não pensar nos sintomas transitórios e nas materializações históricas descritas por Ferenczi. É como se Freud estivesse sugerindo uma mudança de perspectiva: ao invés de considerar a ausência de memória como uma falha do paciente, que só consegue oferecer ao analista seus detritos (os fragmentos de sonhos, os pensamentos vagos, os afetos apresentados em atos), propõe que se encare esses elementos como insumo na construção de um fio narrativo possível. É nesse ponto que entra um quarto elemento constitutivo de uma construção em análise: o engajamento do analista, que é quem vai poder dar valor a essas elaborações mal-acabadas.

Mas como identificar o valor de uma construção? Como saber se ela funcionou? Diz Freud:

E surge primeiramente a questão de que garantias temos, durante o trabalho com as construções, de não nos enganarmos e arriscarmos o sucesso do tratamento ao defender uma construção errada. [...] O que ocorre nesse caso é que o paciente permanece como que *intocado*, não reage nem com um Sim, nem com um Não. (Freud, 1937/2018, pp. 334-335, grifo meu)

“Intocado” vem do alemão *unberührt*, cujas traduções podem ser tanto “intocado” quanto “desafetado”. Vemos, no texto, que um paciente tocado, afetado, é um paciente que reage de alguma forma, entrando no jogo, nem que seja para discordar. Mas ele reage ao investimento afetivo que pôde ser realizado pelo analista. *Unberührt* é uma forma nominal do verbo *berühren* – tocar. Mas não é um tocar qualquer. Em alemão, *berühren* tem um uso literal e um metafórico. De forma mais literal, *berühren* é usado para um tipo de toque leve e cuidadoso, como nas frases “tocou sua irmã com ternura”, “o vento tocou de leve meu rosto”. Se se fizer uma busca online por imagens que traduzam o verbo *berühren*, é provável encontrar muitas fotos de mãos de bebês tocando e sendo tocadas por

mãos adultas. Metaforicamente, *berühren* expressa carinho, intimidade e sensualidade, como nas frases “suas palavras me tocaram muito” e “eles se tocaram levemente nos lábios”. Em outras palavras, quando Freud diz que se pode medir a eficácia de uma construção a partir do quão “tocado” um paciente fica, ele está usando uma palavra específica e colocando em cena um tipo de toque que envolve sutilezas.

Um dos pontos mais controversos do ensaio de 1937 é a afirmação de Freud de que a verdade histórica da construção importa menos que seus efeitos. Um paciente “tocado” experimenta, segundo o autor, “uma firme convicção da verdade da construção, que tem o mesmo resultado terapêutico da lembrança reconquistada” (Freud, 1937/2018, p. 340). Cabe perguntar: se o efeito terapêutico não vem da recuperação de uma memória recalçada, de onde vem? Na hipótese do trauma como deposição do lugar de autoria, o que traz alívio é a própria recuperação da capacidade de falar de si. Lembremos que mesmo se o conteúdo verbal da narrativa/construção não corresponder a um fato histórico, ela ainda assim tenta dar sentidos aos afetos reais que emergem durante uma sessão e que lhes servem de matéria prima.

As (re)construções descritas por Ferenczi e Freud são trânsitos que nos fazem oscilar entre memória e delírio, entre afeto e palavra. A esse movimento oscilante estou chamando imaginação.

5. Clínica, virtualidade, multiplicidade e literatura

A imaginação, ao se aproximar da ficção, da fantasia e do delírio, é frequentemente posta em cheque por sua suposta ausência de realidade e subsequente pouca relevância na vida concreta, “de verdade”, dos sujeitos. Não surpreende que Freud tenha esperado quase 40 anos para cogitar dar a ela um papel na técnica psicanalítica.

É empobrecedor perguntar se a imaginação, na clínica, produz coisas falsas ou verdadeiras. Esse questionamento parte da premissa de que o imaginado (o reconstruído com Ferenczi, o construído com Freud) seria uma cópia de uma experiência real e, como cópia, poderia ter sua fidedignidade averiguada. Mas a construção/reconstrução pertence não ao que é real, mas ao virtual. Como tal, ela não é nem falsa, nem verdadeira, nem boa, nem má, nem neutra. A imaginação tem características não de realidade, mas de virtualidade e, assim, está fora da relação entre *real* e *possível*, inscrevendo-se no diálogo entre *virtual* e *atual*. É Gilles Deleuze, no seu livro *Diferença e Repetição*, que propõe essa distinção.

Em tudo isso, o perigo é confundir o virtual com o possível. Com efeito, o possível opõe-se ao real; o processo do possível é, pois, uma ‘realização’. O virtual, ao contrário, não se opõe ao real, possui plena realidade. Seu processo é a atualização. (Deleuze, 2018, pp. 279-280)

Em seguida, Deleuze descreve dois processos distintos: a realização, na qual um possível torna-se real; e a atualização, em que um virtual se torna atual.

Há pontos importantes a se fazer sobre os dois processos. Em primeiro lugar, na realização de um possível há uma relação de identidade e exclusão. Em termos lógicos, não há diferença entre o possível e sua realização. Um possível que se realiza, se materializa na existência sem nenhuma diferença e, ao mesmo tempo, exclui todos os outros possíveis que porventura estiverem concorrendo pelo lugar de realizado. Pierre Lévy, a partir do próprio Deleuze, escreve sobre isso mais detalhadamente: “O possível já está todo constituído, mas permanece no limbo. [...] É um real fantasmático, latente. A realização de um possível não é uma *criação* [...], pois a criação implica também uma *produção* inovadora [...]” (Lévy, 2011, p. 16, grifo meu). No caso das atualizações, por outro lado, pode haver mais de uma atualização de um mesmo virtual. Além disso, elas podem conviver, já que a atualização de um virtual não implica o aniquilamento de outras.

Em segundo lugar, o atual está para o virtual assim como a solução está para um problema, ou um “complexo problemático” (Lévy, 2011, p. 16). Na atualização não há *oposição* do virtual com o real, mas *interação* entre ambos. O problema aponta direções para a solução, mas esta não é igual ao problema e só adquire uma forma ao final do processo. Além disso, existe espaço para que um mesmo problema tenha diversas soluções. Em outras palavras, à medida que um virtual se atualiza, não só ele não exclui outras atualizações, como ele se torna diferente de si mesmo ao longo do percurso. Se o realizado é o reflexo espelhado do possível, não se pode dizer o mesmo do atual em relação ao virtual – uma solução não se parece em nada com o problema que ela tenta solucionar e nem guarda necessariamente semelhança consigo mesma ao longo do processo resolutivo (lembramos da larva que, por imaginação, devém imago). Segundo Deleuze, “Os termos virtuais nunca se assemelham à virtualidade que eles atualizam: as qualidades e as espécies não se assemelham às relações diferenciais que elas encarnam; as partes não se assemelham às singularidades que elas encarnam” (Deleuze, 2018, p. 280). A proposição do virtual como jornada de resolução de uma problemática em que diferentes soluções coexistem coloca em cena o que Deleuze e Guattari chamam de “múltiplo” como substantivo (Deleuze e Guattari, 1980/2011). Pierre Lévy dá o exemplo da semente que tem e é um problema: o de fazer brotar/ser uma árvore. No entanto, há uma multiplicidade de árvores na semente, a depender das circunstâncias em que a resolução do

problema vier a ocorrer. Ou seja, dependendo do tipo de solo, do clima, do regime de chuvas, entre outros fatores, uma mesma semente pode se desenvolver em árvores completamente diferentes umas das outras. Como a própria ciência genética não cansa de repetir, o DNA não diz tudo.

O filósofo francês do começo do século XX, Étienne Souriau, no seu livro *Diferentes formas de existência*, constrói uma imagem que vai além da metáfora da semente e é capaz de materializar a radicalidade dos fluxos de atualização e virtualização: a figura de uma ponte inacabada, um arco suspenso no meio do caminho entre uma margem e outra (Souriau, 1943): o pedaço incompleto da ponte tem um problema e é um problema. A maneira como a ponte será (se for) continuada é um múltiplo imprevisível. Não é a execução de um plano, é a invenção de modos de existir sempre reais, ainda que em constante mutação e não obedientes a pré-ordenações de qualquer espécie. Deleuze escreve: “Atualizar-se, para um potencial ou virtual, é sempre criar linhas divergentes que correspondam, sem semelhança, à multiplicidade virtual” (Deleuze, 2018, pp. 280-281).

Pierre Lévy (2011, pp. 17-18) faz um interessante acréscimo à proposta deleuziana, sugerindo que, além dos citados processos de realização (ocorrência de um estado pré-definido, a partir de elementos possíveis fechados em si mesmos) e de atualização (construção de soluções para um “complexo problemático” a partir de elementos virtuais), considere-se também a virtualização. Trata-se do caminho inverso da atualização, ou seja, passa-se do atual para o virtual. Não se trata de uma desrealização (“a transformação de uma realidade em um conjunto de possíveis”), mas da desestabilização daquilo que desfruta do estado de solução já alcançada. Lévy propõe que não vejamos atualização e virtualização como processos independentes, mas como uma composição de fluxos que existem em relações sempre paradoxais. A virtualização implica variação do centro de gravidade de uma solução, de modo que toda resposta a um problema será sempre temporária, podendo a qualquer instante se reconfigurar como um novo complexo problemático demandando novas atualizações.

Pensando na clínica psicanalítica, é como se pudesse haver um processo de transferência ecológica, onde o sujeito continua estabelecendo relações transferenciais, mas com mudanças radicais em relação ao que, a como e com quem (ou com o que) essas relações são constituídas. Nesse contexto, a transferência pode ser compreendida como um processo de virtualização dos objetos que importam para o analisando, assim como uma virtualização de si mesmo, de forma situada (o mundo inteiro é, virtualmente, um *setting*), na presença de uma testemunha: o analista (Gondar, 2017). Trata-se, porém, de uma testemunha ativa, que não se limita a servir de anteparo para projeções de figuras parentais, como na psicanálise clássica, mas como um parceiro na tarefa de manutenção da

multiplicidade que emerge a partir dos processos virtualizantes. É como se o analista pudesse participar da ampliação de uma memória de trabalho, como uma memória RAM que permitisse que várias “janelas” ficassem abertas ao mesmo tempo. Ou ainda como se o trabalho de análise fosse como fazer malabarismo e o analista pudesse contribuir com um par de mãos na tarefa de manter mais pinos em movimento, suspensos no ar. No texto “Transferência e Introjeção”, Ferenczi (1909/2011) compara a transferência ao que acontece quando um elemento químico com valência não saturada (ou seja, está “reativo” e pode, por isso, reagir com outros elementos, produzindo coisas novas) entra em contato com outro. Ainda na analogia química, vale lembrar que um elemento reagente é um elemento instável (assim como os pinos do malabarista). É necessário que, na combinação analisando-analista, haja espaço para a instabilidade que é, de fato, uma característica dos processos de virtualização. Ferenczi reconhece o valor dessa instabilidade na relação analítica: “cumpra saber que numa análise corretamente conduzida essa combinação mantém-se instável” (Ferenczi, 1909/2011, p. 90). É isso que seria a transferência ecológica, a abertura para interferências mútuas entre os elementos de uma relação.

A meu ver, a literatura oferece uma experiência que é também um transe que promove processos de virtualização e atualização, e pode iluminar a forma como ouvimos nossos pacientes na clínica.

Minha experiência de leitura do romance *4 3 2 1*, do novelista Paul Auster, ilustra o estado de transe que Ferenczi afirma ser imprescindível para que uma análise possa ocorrer. O livro é dividido em sete partes, cada uma das quais, por sua vez, subdividida em quatro subpartes. Desta forma, por exemplo, a primeira parte é dividida em 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4. A segunda parte, em 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4. E assim por diante. Há exceções à essa regra. A primeira delas é encontrada na parte 1, a única em toda a obra a ter cinco subpartes, ao invés de quatro, começando com 1.0. As partes 1.0 e 1.1 têm a estrutura de um best-seller: envolvente, cronológico, cheio de acontecimentos e reviravoltas. Vemos os antepassados do herói, Archie Ferguson, realizarem sua jornada migratória de Minsk, na Bielorrússia até Nova York. Vemos os pais de Archie nascer, tornarem-se adultos, conhecerem-se, apaixonarem-se, casarem-se e terem um filho, Archie.

No entanto, a partir da subparte 1.2, as coisas começam a descarrilhar. Um descarrilhamento lento e sutil, que ia me deixando na dúvida sobre o que eu havia lido. Archie não morava em Nova Jérsei com seus pais? Por que agora estão em um apartamento em Manhattan? O pai está morto? Mas não me lembro desse falecimento. A loja de eletrônicos do seu pai não tinha pegado fogo? Como pode estar agora intacta? Essas e outras variações foram me confundindo cada vez mais à medida que eu

avançava na leitura das quatro subpartes do capítulo 1. Quando cheguei ao capítulo 2 e iniciei a leitura da subparte 2.1, tive uma sensação de alívio, como se algo tivesse finalmente se encaixado. Tive meu primeiro insight: o livro contava quatro histórias diferentes, quatro versões da vida de Archie. Havia uma versão da história para cada subparte. Uma versão narrada nas subpartes terminadas em X.1 (1.1, 2.1, 3.1 etc.), outra nas subpartes terminadas em X.2 (1.2, 2.2 etc.), uma terceira e quarta histórias X.3 e X.4, até o fim, na subparte 7.4.

Satisfeito com minha descoberta, fui até as páginas em branco ao final da minha bela edição em capa dura e desenhei uma tabela com 4 colunas (uma para cada variante da história) e 7 linhas (uma para cada subparte do livro), em cujas células eu pretendia registrar pistas que me ajudassem a acompanhar as vidas de Archie. Como entre um pedaço de cada variante e o próximo pedaço onde ela continua existem três outras versões (depois de ler o pedaço 1.1, preciso ler 1.2, 1.3 e 1.4 antes de saber como a história contada no pedaço 1.1 continua, em 2.1), a cada vez que uma história recomeçava eu ia até a tabela para tentar lembrar os principais acontecimentos daquela parte do romance. Mas, com o tempo, a tabela começou a atrapalhar mais do que ajudar. O número de variações foi crescendo e as repercussões de cada mudança ia traçando desdobramentos cada vez mais afastados da história inicial, o estranho se infiltrando no familiar (Freud, 1919/2019), não uma estranheza causada pelo efeito de um personagem e seu duplo misterioso, como no romance de Hoffmann que inspirou Freud, mas um estranho que emerge da multiplicidade de variações, um estranho fractal, rizomático (Deleuze e Guattari, 1980/2011). Meus registros de pistas iam se acumulando, ao mesmo tempo em que me faziam sentir engessado, submisso à tabela, que eu consultava com frequência, quebrando o fluxo da história.

Desencorajado pela grande quantidade de informação da tabela e querendo retomar o fluxo da leitura, passei a ignorar minhas notas e a seguir de uma parte a outra aceitando habitar um estado de confusão que, para minha surpresa, foi se tornando uma experiência interessante em si. Aos poucos, pude me reconectar com o fato de que esse não era o primeiro livro do Paul Auster que eu lia, que não se tratava de um estranho, mas sim de um artista cuja obra eu já admirava, em quem eu podia fazer uma aposta. Desapegar-me da tabela e da necessidade de tudo saber foi possível a partir de uma relação “afetiva” com o autor e do estabelecimento do que Ferenczi chamou de “uma atmosfera de confiança um pouco mais sólida entre médico e paciente” (Ferenczi, 1930/2011, p. 71). Meu relaxamento permitiu que os fragmentos que constituíam o mosaico do romance pudessem entrar em trânsito, misturar-se uns com os outros e adquirir novas intensidades. Assim, à medida que Archie envelhecia e tornava-se adulto, os elementos que antes eram meros detalhes passavam a reverberar

com força inesperada, criando um contrassenso: ainda que as variantes da narrativa se tornassem cada vez mais distintas uma da outra, Archie se mantinha, em todas elas e em algum nível, a mesma pessoa.

Desta maneira, fiz minha segunda descoberta: *4 3 2 1* não era um romance retratando quatro histórias, quatro sujeitos diferentes, mas uma única vida e suas virtualidades. As versões do Archie no romance de Paul Auster são virtuais. Ou seja, não são cópias mais ou menos fiéis de um suposto Archie original, mas vidas válidas em si mesmas. Não existe uma referência a ser perseguida, que funcione como um gabarito que possamos usar para aferir o quão próximas de um ideal aquela suposta cópia está. Minha tabela era um gabarito que impedia o estado de transe, dificultava a oscilação dos diferentes fragmentos da vida múltipla do personagem e enfraquecia minha capacidade de aproveitar uma história marcada pela multiplicidade de seus fragmentos. Minha tabela não possuía nenhuma imaginação. A leitura do *4 3 2 1* só funcionou para mim quando eu pude apropriar – retomando o sentido de conferir propriedade e legitimidade a algo ou alguém – todas as atualizações dos múltiplos virtuais que constituíam Archie Ferguson. Poderíamos dizer que o romance de Paul Auster é estruturado como um sujeito clivado, cuja história requer uma escuta (uma leitura) informada pela lógica da multiplicidade e da virtualidade para ter suas potências não só reconhecidas, mas atualizadas.

Retomemos a perda do lugar de autor como consequência do trânsito traumático. Lembremos que esse exílio do lugar de autoria pode se dar a partir do trânsito tanto do sujeito, que se desloca para uma posição de espectador da história, agora contada por agressores, quanto dos elementos factuais e afetivos da trama, que se separam e são exilados para diferentes fragmentos: os que sentem sem saber e os que sabem sem sentir, em ambos os casos tornando muito difícil, e mesmo impossível, o exercício da autoria e o senso de existência. A situação clínica, por sua vez, pode ser uma experiência de reapropriação. O sujeito, sentindo-se escutado, reconhecido e legitimado, pode empreender um trânsito pelas regiões onde falar de si é um gesto válido. Da mesma forma, pode permitir o trânsito dos fragmentos e sua apresentação durante a sessão. Não sua representação, mas, como diz Ferenczi, sua “materialização” como coisa que, a partir desse aparecimento, pode encontrar outros destinos. Diante do fragmento que é puro afeto, pode-se reconstruir uma narrativa que lhe confira sentidos próprios, em contraste com a experiência de angústia que acompanha o assalto de um afeto que parece vir de fora. Diante da apresentação de um fragmento que sabe sem sentir, o analista pode se permitir compartilhar o colorido afetivo suscitado pela história: tristeza, alegria, raiva, indignação, admiração e aguardar, como pontuou Freud, que o paciente possa, ele também, sentir-se “tocado”.

Esse momento de relaxamento e transe/trânsito na clínica é muito delicado e requer atenção por parte do analista. Em “Análise de crianças com adultos”, Ferenczi reconhece a dimensão do infantil no adulto e advoga que adultos têm direito de se comportar como crianças difíceis, menos fluentes na linguagem verbal: “as reações da criança pequena ao desprazer são sempre, em primeiro lugar, de natureza corporal” (Ferenczi, 1931a/2011, p. 93). É importante não perder de vista o trabalho de proteger o lugar de autoria dos pacientes. Falando dessa atmosfera de transe, Ferenczi compartilha a preocupação de que o trabalho de reconstrução, ainda que liberado da necessidade de retratar a verdade histórica e factual dos eventos, possa ter a marca distintiva do sujeito em processo de retomada da própria voz:

É importante não abusar desse estágio de maior aflição para impregnar o psiquismo sem resistência do paciente de teorias e formações fantasísticas próprias do analista; é preferível utilizar essa influência, inegavelmente grande, para aumentar no paciente a capacidade de elaboração de suas próprias produções. Usando um neologismo (certamente deselegante), poderíamos dizer que a análise não deve “introssugerir” ou “intro-hipnotizar” coisas no paciente; pelo contrário, “exossugerir” ou “exo-hipnotizar” é não só permitido, mas útil. (Ferenczi, 1931a/2011, p. 87)

Ferenczi, ao falar da relação entre o médico Josef Breuer e sua paciente Anna O., considerada a paciente zero da psicanálise e, de certa forma, co-autora do método catártico, tendo cunhado a expressão *talking cure*, escreve que o método de Breuer foi “a descoberta comum de uma doente genial e de um médico de espírito aberto” (Ferenczi, 1930/2011, p. 62). De fato, Bertha Pappenheim, nome verdadeiro da Anna O., veio a se tornar escritora e dramaturga. Mesmo no período em que se tratava com Breuer, a cura pela palavra se dava quando podia compartilhar com o médico as muitas histórias de seu “teatro privado” (Borch-Jacobsen, 2011/2016, p. 12). Construir, reconstruir e imaginar acontecem, retomando mais uma vez o psicanalista inglês Donald Winnicott, no espaço aberto do brincar.

6. Considerações Finais

Imaginar, na clínica, é entrar em um transe compartilhado e contar histórias de forma paradoxal: construir velhas narrativas inéditas e lembrar sonhos que não foram sonhados. Imaginar é manejar o trânsito de mão dupla entre virtuais e atuais, liberando vias bloqueadas, enquanto acompanhamos os pacientes em seus deslocamentos. É apropriar uma história desautorizada e reconhecer que ela pode ser recontada de outros jeitos, sem gabarito e sem tabela. Ao falar dos muitos heterônimos de Fernando Pessoa – e na última conta eram 47 – Richard Zenith (2021) se recusa a ver

a fragmentação do poeta como uma diluição de sua potência. A operação matemática que melhor descreveria o fenômeno pessoano não é, definitivamente, a divisão. Para Zenith, ao fragmentar-se, Fernando Pessoa se multiplica e sua potência aumenta. Imaginar, na clínica, enfim, é encarar a fragmentação traumática não só como falta: de integração, de capacidade simbolizante, de potência autoral; mas também como presença de vitalidade que tenta e tenta novamente revisitar o evento doloroso de forma esperançosa, como quem pode apostar que é possível existir e contar outras histórias sobre si.

Referências

- Aristóteles. (2012). *De anima*. São Paulo: Editora 34.
- Auster, P. (2017). *4 3 2 1*. Nova York: Henry Holt and Co.
- Bachelard, G. (1964). *The Poetics of Space: Gaston Bachelard*. Londres: Penguin Books, 2014.
- Bergson, H. (2010). *Matéria e memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Borch-Jacobsen, M. (2011). Os pacientes de Freud. Destinos. Lisboa: Texto & Grafia, 2016.
- Deleuze, G. (2018). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Deleuze, G. e Guattari, F. (1980). *Mil platôs. Vol. 1: Capitalismo e esquizofrenia 2*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- Einstein, A. (2009). *Einstein on Cosmic Religion and Other Opinions and Aphorisms*. Nova York: Dover Publications.
- Ferenczi, S. (1909). Transferência e introjeção. In S. Ferenczi, *Obras completas – Psicanálise I* (pp. 87-123). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Ferenczi, S. (1912). Sintomas transitórios no decorrer de uma psicanálise. In S. Ferenczi, *Obras completas – Psicanálise I* (pp. 213-224). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Ferenczi, S. (1930). Princípios de relaxamento e neocatarse. In S. Ferenczi, *Obras completas – Psicanálise IV* (pp. 61-78). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Ferenczi, S. (1931a). Análise de crianças com adultos. In S. Ferenczi, *Obras completas – Psicanálise IV* (pp. 79-96). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Ferenczi, S. (1931b). Tentativa de resumo. Notas e fragmentos. 9.3.1931. In S. Ferenczi, *Obras completas – Psicanálise IV* (pp. 283-284). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Ferenczi, S. (1932). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In S. Ferenczi, *Obras completas – Psicanálise IV* (pp. 111-135). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

- Ferenczi, S. (1934). Reflexões sobre o trauma. In S. Ferenczi, *Obras completas – Psicanálise IV* (pp. 125-135). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Ferenczi, S. (1939). Notas e fragmentos. In S. Ferenczi, *Obras completas – Psicanálise IV* (pp. 267-323). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- Freud, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud, *Obras completas Vol. 10* (pp. 193-209). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Freud, S. (1919). *O infamiliar [Das Unheimliche] Edição comemorativa bilingue (1919-2019) Seguido de O Homem da Areia de E. T. A. Hoffmann. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- Freud, S. (1937). Construção na análise. In S. Freud, *Obras completas Vol. 19* (pp. 327-344). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Gondar, J. (2017). O analista como testemunha. In E. S. Reis e J. Gondar, *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política* (pp. 186-198). Rio de Janeiro: 7 letras.
- Hegel, G. W. F. (2014). *Fenomenologia do espírito*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hume, D. (2009). *Tratado da natureza humana: Uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo: Editora Unesp.
- Kant, I. (1787). *Crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.
- Lapoujade, D. (2017). *As existências mínimas*. São Paulo: N-1 Edições.
- Lévy, P. (2011). *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34.
- Nietzsche, F. (2011). *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Platão. (1993). *A República*. Lisboa: Calouste.
- Sartre, J.-P. (2008). *A imaginação*. Porto Alegre: L&PM.
- Sartre, J.-P. (2019). *O imaginário: Psicologia fenomenológica da imaginação*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Souriau, É. (1943). *Diferentes modos de existência*. São Paulo: N-1 Edições.
- Winnicott, D. W. (1971). *O brincar e a realidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- Zenith, R. (2021). *Pessoa: A Biography*. Nova York: Liveright Publishing Corporation.